



09/09/2026

Número: **6047085-43.2015.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **28/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.332.259,36**

Assuntos: **Cédula de Crédito Comercial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO DO BRASIL S/A (EXEQUENTE)	
	PAULO CESAR DOS SANTOS (ADVOGADO) MICHAEL MAX BRAGA (ADVOGADO) GALGANI BONGIOVANI GUIMARAES (ADVOGADO) ADAIR VICENTE TEIXEIRA FILHO (ADVOGADO)
GILBERTO GOMES SALMEN (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
SEBASTIANA MARIA LOPES SALMEN (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
RAQUEL DE ANDRADE DRUMOND SALMEN (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
REDE GEFS POSTOS DE SERVICOS LTDA (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
CONSTRUTORA ANDRADE SALMEN LTDA - EPP (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
ANTONIO GOMES SALMEN (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
GEFS EMPREENDIMENTOS LTDA (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)
PEDREIRA SAO JOAO LTDA (EXECUTADO(A))	
	GLEISON ASSIS REIS (ADVOGADO) CLEIDER BAHIA CAMPOS (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo

10741392984	08/09/2026 22:58	Edital - Imovel - Parcelamento - 25.11 e 10.12.2026	Edital
-------------	------------------	---	--------

EDITAL DE LEILÃO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS – 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ: 6047085-43.2015.8.13.0024. **EXEQUENTE:** BANCO DO BRASIL S/A. **EXECUTADOS:** GEFS EMPREENDIMENTOS LTDA e outros. O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônica, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado no site do leiloeiro: www.marcoantonioleiloeiro.com.br, onde foi publicado o presente Edital (art. 887 §2º do CPC); Demais informações estão disponíveis no referido site ou pelos telefones (31) 3024-4451 e (31) 98977-8881.

DATA DO LEILÃO: 1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia **25/11/2026** a partir das 10:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. **2º LEILÃO:** no dia **10/12/2026** a partir das 10:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão.

LANCE MÍNIMO: No **1º leilão**, serão aceitos lances a partir de **80% do valor de avaliação do bem**. Havendo **2º leilão**, o bem poderá ser vendido pela melhor oferta, desde que não inferior a **50% do valor de avaliação**.

DESCRIÇÃO DO BEM: Área de terreno medindo 24.010,00m² (vinte e quatro mil e dez metros quadrados) situada no lugar denominado "Fazenda Figueira", na região do Bairro Planalto, localizado na BR-116, Km 414, Governador Valadares/MG, confrontando por seus diversos lados, ao Norte com Celso Pin e Espólio de Amaro Gonçalves de Freitas; a Leste com BR-116 e Alça do Trevo da BR-116 a BR-381; ao Sul com BR-381 e Espólio de Amaro Gonçalves de Freitas; a Oeste com Celso Pin. Conforme informações prestadas pelo Perito Avaliador, o imóvel possui aproximadamente 70% de seu terreno em ZIG (Zona Industrial e de Grandes Equipamentos) sendo a grande predominância com frente para a BR-116, e aproximadamente 30% de seu terreno em ZEU (Zona de Expansão Urbana). Na divisa lateral esquerda do terreno existe um curso d'água, onde existe uma A.P.P que representa aproximadamente 20% de sua área total. Possui edificação comercial onde funcionava um motel, que atualmente se encontra em ruínas, motivo pelo qual não foi objeto de avaliação (sem valor comercial). Na data da avaliação o imóvel encontrava-se desocupado. **AVALIAÇÃO:** R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

ÔNUS: Hipoteca Censual de 1º Grau (Cédula de Crédito Comercial nº 339.402.401) em favor do Exequente BANCO DO BRASIL S/A (R-02); Hipoteca Censual de 2º Grau (Cédula de Crédito Comercial nº 339.402.626) em favor do Exequente BANCO DO BRASIL S/A (R-03); Hipoteca Censual de 3º Grau em favor do Exequente BANCO DO BRASIL S/A (R-04 e AV-5); Averbação Premonitória Proc. 0007061-89.2016.4.0.3813 – 6ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e Jef Adjunto de Governador Valadares/MG (AV-06); Averbação Premonitória Proc. 0001460-68.2017.4.01.3813 – 6ª Vara de Execução Fiscal, Extrajudicial e Jef Adjunto de Governador Valadares/MG (AV-07 e AV-08); Indisponibilidade Proc. 0001190-56.2014.5.03.0112 – 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-9); Indisponibilidade Proc. 0010730-02.2016.5.03.0002 – 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-10 e AV-12); Indisponibilidade Proc. 0011506-48.2015.5.03.0095 – Vara do Trabalho de Santa Luzia/MG (AV-11); Indisponibilidade Proc. 0010341-22.2017.5.03.0183 (Arquivado em 24/06/2024) – 45ª Vara do Trabalho de Belo



Horizonte/MG (AV-14); Indisponibilidade Proc. 0010045-72.2015.5.03.0020 (Arquivado em 07/10/2025) – 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-15); Indisponibilidade Proc. 0010829-17.2016.5.03.0181 (Arquivado em 23/01/2026) – 43ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (AV-16).

MATRÍCULA: 36.988 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares/MG. **ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 08/09/2026.**
OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após essa data.

FORMA DE PAGAMENTO: O 1º leilão será aberto para pagamento **à vista**. Havendo 2º Leilão, será aberto para pagamento **à vista e parcelado**. Caso no decorrer do 2º leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema automaticamente não receberá mais oferta parcelada.

a) Na hipótese de oferta parcelada a entrada deverá ser obrigatoriamente de no mínimo 25%, e o restante em até no máximo 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data de arrematação e corrigidas pelo INPC.

b) O lance à vista não poderá ser convertido em proposta de parcelamento. Caso o arrematante o faça por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor do Leiloeiro o valor pago a título de comissão se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada/invalidada;

c) Na arrematação à vista, o valor integral deverá ser pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao leilão**, mediante guia judicial que será encaminhada ao arrematante, por meio do e-mail indicado no ato do cadastro e o comprovante deverá ser encaminhado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantonioleiloeiro.com.br, **na mesma data, até às 18h00min, sob pena das responsabilizações cíveis e criminais cabíveis**;

d) Na arrematação parcelada, o valor da entrada deverá ser pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao leilão**, mediante guia judicial que será encaminhada ao arrematante, por meio do e-mail indicado no ato do cadastro e o comprovante deverá ser encaminhado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantonioleiloeiro.com.br, **na mesma data, até às 18h00min, sob pena das responsabilizações cíveis e criminais cabíveis**;

e) Na hipótese arrematação parcelada, caberá ao arrematante a atualização do valor e emissão das guias de depósito judicial referente às parcelas, assim como a comprovação mensal da quitação nos autos;

f) No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, §4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, podendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, §5º do CPC).

g) A venda na modalidade parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação;



h) Ficará a cargo do arrematante, quando intimado pelo(a) Magistrado(a) a fazê-lo, o pagamento das custas para expedição da Carta de Arrematação e Mandado de Imissão na Posse.

i) A oferta de lances no portal via rede mundial de computadores implica na concessão de autorização expressa do ofertante vencedor ao Leiloeiro para que assina o Auto de Arrematação em seu nome nos termos do art. 25 da Portaria Conjunta N° 772/PR/2018 TJMG.

DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: Pelos serviços prestados, caberá ao Leiloeiro o recebimento de comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, **a ser paga pelo arrematante.**

a) A comissão do Leiloeiro deverá ser depositada na sua integralidade, independentemente da modalidade de arrematação (à vista ou parcelada) em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, **impreterivelmente até o dia subsequente à realização do leilão,** e o comprovante deverá ser enviado ao Leiloeiro no e-mail juridico@marcoantonioleiloeiro.com.br, na mesma data, até às 18h00min;

b) Ainda, no caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos, ou ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: O direito de preferência previsto no art. 843, §1º do CPC deverá ser exercido exclusivamente durante a realização do leilão, antes do encerramento do leilão, mediante manifestação expressa do interessado por meio da plataforma eletrônica, observadas as condições do maior lance ofertado. Não havendo manifestação no curso da hasta pública, considerar-se-á precluso o direito de preferência, prosseguindo-se regularmente com a alienação judicial.

CONDIÇÕES GERAIS DO LEILÃO: Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Resolução 236/2016 CNJ; CPC; Portaria Conjunta N° 772/PR/2018 TJMG; CTN; e Código Penal nas seguintes condições:

1ª) O leilão será realizado pelo Leiloeiro Marco Antônio Barbosa de Oliveira Júnior, matrícula JUCEMG 565, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min. O Leiloeiro fica autorizado a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2ª) O Tribunal do Estado de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

3ª) Para participar do Leilão Eletrônico o interessado deverá acessar a plataforma do Leiloeiro (www.marcoantonioleiloeiro.com.br), no canto superior direito e clicar no botão “Cadastro”, e seguir os próximos passos.

4ª) Para os cadastros de Pessoas Físicas será necessário, além da informação dos dados pessoais, anexar ao sistema os seguintes documentos: RG (com data de emissão inferior a dez anos), CNH/CPF e comprovante de endereço atualizado (até 03 meses).



5ª) Para os cadastros de Pessoas Jurídicas será necessário, além da informação dos dados empresariais, anexar ao sistema os seguintes documentos: contrato social, cartão do CNPJ expedido pela Receita Federal atualizado, comprovante de endereço da empresa (até 03 meses), RG (com data de emissão inferior a dez anos) e CPF do representante legal.

6ª) Poderá o Leiloeiro requerer a apresentação de documentos complementares para a elucidação de questões a depender do caso concreto, caso julgue necessário.

7ª) A arrematação em nome de terceiros somente será permitida mediante apresentação de procuração específica para o ato, conjuntamente com os documentos discriminados nos itens 4º e 5º se pessoa física ou jurídica, respectivamente.

8ª) Uma vez aprovado o cadastro na plataforma do Leiloeiro, o usuário é responsável pela sua administração e por todas as ofertas registradas em seu *login*, estando ciente de que os lances ofertados não poderão ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese, haja vista serem irrevogáveis e irretratáveis.

9ª) A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital, não podendo alegar seu desconhecimento posteriormente.

10ª) O Leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

11ª) Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens anteriormente à oferta de lances, não podendo alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização.

12ª) As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e refletem a descrição fornecida a este Leiloeiro. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

13ª) Caberá, ao interessado, verificar a existência de débitos tributários, bem como aqueles relativos às taxas/despesas condominiais e/ou quaisquer outros eventuais débitos que recaiam sobre o bem objeto da hasta pública.

14ª) No que se refere aos DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, acaso o Exmo(a). Magistrado(a) não disponha de modo diverso, caberá, ao arrematante, requerer a aplicação da norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso de adjudicação.

15ª) Quanto aos débitos de NATUREZA CONDOMINIAL e demais DÉBITOS NÃO TRIBUTÁRIOS, caberá, ao arrematante, arcar com a sua integralidade, incluindo valores vencidos em data anterior e posterior à da arrematação, facultado, ao interessado, requerer, em juízo, a aplicação do art. 908, §1º do CPC.



16ª) Deverá o fiel depositário e/ou o(a) Executado(a) do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

17ª) Encerrado o pregão do leilão, os bens que não receberem lances ficarão disponíveis para recebimento de ofertas até as 17h00min, podendo ser prorrogado enquanto houver disputa.

18ª) No caso de inadimplemento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, o Leiloeiro fica autorizado a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.

19ª) Nos casos de remição da execução, acordo, cancelamento e suspensão, ocorridos após a publicação deste edital e antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro, a título de ressarcimento de custos e despesas operacionais, o valor correspondente a R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), nos termos do art. 7º, caput e § 7º, da Resolução nº 236/2016 do CNJ. O pagamento deverá ser realizado no prazo de 01 (um) dia útil, por meio de PIX, TED, DOC ou depósito bancário indicado pelo Leiloeiro.

20ª) Nos casos de parcelamento, acordo e/ou remição da dívida, formulados após o início do leilão, e antes do encerramento do pregão, o Leiloeiro será remunerado com o montante correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado na data do parcelamento, acordo ou remição, nos termos do art. 7º, caput e § 7º, da Resolução nº 236/2016 do CNJ.

21ª) Nos casos de parcelamento, acordo e/ou remição da dívida, formulados após o recebimento de lance (alienação), o Leiloeiro será remunerado com o montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado na data do parcelamento, acordo ou remição, nos termos do art. 7º, § 3º, da Resolução nº 236/2016 do CNJ.

22ª) Nos casos de adjudicação requerida a partir da publicação deste edital, a remuneração do Leiloeiro, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor de avaliação do bem, deverá ser paga pelo adjudicante no ato, mediante depósito imediato e prévio à assinatura da respectiva carta de adjudicação, nos termos do art. 7º, caput, da Resolução nº 236/2016 do CNJ.

23ª) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

24ª) Nos termos do art. 810, §3º do Provimento Conjunto TJMG/CGJ nº 93/2020: “*Os demais gravames judiciais e as averbações premonitórias constantes da matrícula do imóvel não impedem o registro da carta de arrematação ou adjudicação, mesmo quando originários de processos distintos do que deu origem à arrematação ou adjudicação, devendo o interessado formular pedido de cancelamento diretamente à autoridade que determinou o gravame ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação*”.

25ª) O Leiloeiro não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

26ª) Por determinação judicial e nos termos da lei, ficam, por meio do presente edital, devidamente intimados do leilão e dos ônus a que estarão sujeitos, conforme disposto nas cláusulas 19ª a 21ª, os



devedores GILBERTO GOMES SALMEN, SEBASTIANA MARIA LOPES SALMEN, RAQUEL DE ANDRADE DRUMOND SALMEN, REDE GEFS POSTOS DE SERVICOS LTDA, CONSTRUTORA ANDRADE SALMEN LTDA – EPP, ANTONIO GOMES SALMEN, GEFS EMPREENDIMENTOS LTDA e PEDREIRA SAO JOAO LTDA.

27ª) Ficam intimados do leilão (1ª e 2ª data, se houver), o Exequente BANCO DO BRASIL S/A, os cônjuges das partes, se casados forem, os coproprietários, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

28ª) A Nota de Arrematação será expedida pelo Leiloeiro após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

29ª) Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade previstas em lei, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: *“Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagens, e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa”*. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **08/09/2026**.

